

35 licenciamento de poços que estejam em regiões não atendidas pela rede pública,
36 destacando que as águas subterrâneas são consideradas reservas estratégicas e devem
37 ser preservadas, O Presidente ponderou que não sabe a viabilidade da medida, uma vez
38 que o cidadão tem o direito de optar, porem que será marcada uma reunião da CTAS, por
39 email, onde deverá ser tratado este assunto. A conselheira Telma Monteiro
40 complementou a fala do Sr. Nédio Pinheiro colocando que a SANECAP já havia
41 procurado a SES para auxiliá-la neste aspecto e a SES verificou que juridicamente não se
42 pode tolher a vontade do particular, ponderando que pelo argumento técnico apresentado
43 é relevante que seja feita esta discussão na CTAS. O conselheiro Wagner Florentino
44 ponderou que é interessante se verificar como a CETESB no Estado de São Paulo
45 procedeu em relação a perfuração de poços onde o sistema de abastecimento é eficaz,
46 ponderando que ocorria ainda um grande desperdício de água, chegando segundo alguns
47 estudos a quarenta por cento do total. O Presidente colocou que a questão da escolha do
48 particular era fundamental no momento em que ainda não se tinha um amplo atendimento
49 da rede pública, sendo interessante esta discussão. O Secretario Executivo passou ao
50 próximo ponto da pauta, passando a palavra a Sra. Leonice Lotufo, a qual colocou que a
51 realização da segunda reunião da CTGPar foi prejudicada em virtude dos jogos do Brasil
52 na Copa do Mundo, ponderando que a mesma será marcada por email junto aos
53 conselheiros. Colocou ainda que está confirmada a realização do XII ENCOB no período
54 de 22 a 26/11 em Fortaleza, ponderando que a programação esta disponível e poderá ser
55 enviada aos conselheiros por email, mas que já existem 3 conferências pré definidas, uma
56 sobre Educação Ambiental para Recursos Hídricos, outra tratando da Diretiva da
57 Comissão Européia para recursos Hídricos e Qualidade de águas e saúde pública sendo
58 realizados ainda 10 oficinas e minicursos em diversos níveis, desde mais básicos
59 relacionados a gestão dos recursos hídricos até os mais técnicos. Lembrou aos
60 conselheiros que a SEMA disponibilizará o transporte terrestre para os interessados,
61 sendo que até o momento dezessete pessoas demonstraram interesse, das quais seis já
62 confirmaram a participação. Colocou ainda que na reunião do Pré-ENCOB que ocorreu
63 em Vitória – ES foi discutida a forma como ocorreram os trabalhos e a participação de
64 cada estado e como os pontos focais irão desenvolver suas atividades. Também foi
65 marcada no mesmo evento a próxima reunião do Pré-ENCOB no dia 04 e 05/08, que
66 coincidirá com o Encontro de Águas Subterrâneas no município de São Lourenço – MG,
67 promovido pelos comitês de bacia das regiões sul, sudeste e centro oeste, que terá como
68 tema principal a exploração de água mineral. Destacou que a Comissão Organizadora do

69 ENCOB solicitou que Mato Grosso se oferecesse como o próximo Estado a sediar o XIII
70 Encontro, porem foi justificado que o Estado ainda está iniciando as questões quanto ao
71 assunto comitês de bacia e que estaríamos dispostos a sediar eventos menores, não
72 descartando a possibilidade de fazê-lo para o ano 2012/2013. Dando continuidade aos
73 informes, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que ocorrerá entre os dias 13 e
74 15 de julho, em Brasília, o Seminário de Planejamento do SINGREH, com foco no
75 fortalecimento Institucional do CNRH e a sustentabilidade econômico-financeira do
76 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Colocou ainda aos
77 conselheiros que ocorrerá, também em Brasília nos dias 03 e 04 um Encontro Técnico
78 sobre Estratégias de Delegação de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e
79 ações de fiscalização, organizado pela ANA, uma vez que esta Agência está querendo
80 delegar a outorga e a fiscalização em rios de domínio da União para os Estados. Dando
81 continuidade, o Secretario Executivo lembrou aos conselheiros que a SES reiterou a
82 solicitação na ultima reunião de que fosse feito um levantamento da situação das
83 estações de tratamento de água e esgoto no Estado de Mato Grosso quanto ao
84 licenciamento da mesma, colocando que o mesmo está em fase de elaboração sendo
85 necessário ainda mais um mês para concluí-lo, já estando porem disponível um
86 levantamento preliminar, ao que a conselheira Telma Monteiro ponderou que este
87 levantamento preliminar atende a demanda da SES por hora, pois é necessário anexá-lo
88 a um relatório que será encaminhado ao Ministério da Saúde. Em seguida, o Secretario
89 Executivo colocou aos conselheiros que a Minuta de Novo Decreto que regulamenta o
90 CEHIDRO já passou pela Procuradoria Geral do Estado, onde teve um parecer favorável
91 a sua publicação e que estará sendo encaminhado á Casa Civil, ponderando que o
92 mesmo atualiza e resolve uma série de pendências em relação a atuação do Conselho,
93 inclusive a questão do pagamento de diárias para os conselheiros que forem representar
94 o mesmo. O Presidente complementou colocando que irá acompanhar de perto o
95 andamento desta Minuta de Decreto, assim como foi feito com o Decreto que antecipa o
96 período de proibição das queimadas. Em seguida o Secretário Executivo informou aos
97 conselheiros que no dia 06 de julho foi realizada uma reunião de nivelamento, para a qual
98 todos os conselheiros foram convidados, com o objetivo de identificarmos os pontos de
99 interface entre os Planos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, para que possamos
100 colocar as solicitações do Estado na revisão de metas do Plano Nacional, ponderando
101 que houve alteração nas datas das Oficinas Regionais de Revisão do Plano Nacional,
102 ficando a da Bacia do Paraguai nos dias 23 a 25 de agosto em Cuiabá, a da Bacia do

103 Tocantins/Araguaia nos dias nos dias 09 a 11 de agosto em Brasília e a da Bacia
104 Amazônica, que seria realizada em Manaus, será em Rio Branco/AC, provavelmente nos
105 dias 15 a 17 de setembro, porém a data ainda não foi confirmada. Destacou que a reunião
106 referente a Bacia do Paraguai, será realizada na FIEMTEC, e todos já estão convidados.
107 O Presidente informou aos conselheiros que a Moção nº 08, referente a rejeição do
108 Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 315 já foi encaminhada ao Gabinete do
109 Senador Arthur Virgílio, relator do Projeto, destacando que a SEMA também encaminhou
110 manifestação contrária ao mesmo com o mesmo teor. Dando continuidade à pauta, o
111 Secretário Executivo colocou aos conselheiros que na última reunião do CNRH foi
112 aprovada uma Moção para ser encaminhada uma Minuta de Medida Provisória, alterando
113 a Lei nº 8.007 de 13 de março de 1990, que define os percentuais que devem ser
114 aplicados obrigatoriamente na gestão de recursos hídricos advindo da compensação
115 financeira de geração de energia elétrica. O Presidente complementou ponderando que
116 temos no Estado um cobertor de recursos muito estreito, sendo necessário esforço para
117 que ele seja aplicado de forma correta e atendendo todas as necessidades. O
118 Conselheiro Décio Siebert colocou que é realmente importante para a gestão de recursos
119 hídricos que o Plano Estadual seja realmente um plano de Governo, sendo necessário
120 levá-lo às outras Secretarias para que o mesmo possa ser efetivamente implantado, ao
121 que o Presidente complementou que o tema foi muito bem colocado e questionou o
122 Secretário Executivo se o Plano Estadual já tinha sido encaminhado para as demais
123 secretarias, ao que o mesmo respondeu positivamente. O Presidente colocou então que
124 em virtude das mudanças de secretários que ocorreram é interessante que o Plano seja
125 novamente distribuindo, se comprometendo a fazê-lo na próxima reunião do Secretariado.
126 Em seguida, colocou aos conselheiros que seria feita uma apresentação sobre Conflitos
127 de Uso da Água na Comunidade Cabeceiras da Água Fria, Zona Rural de Nobres, e
128 passou a palavra ao Sr. Marcio Martins e Sr. Everaldo Maciel, Analistas de Meio Ambiente
129 da Gerência de Outorga da SEMA. O Sr. Marcio Martins iniciou a apresentação colocando
130 que este levantamento foi realizado a partir de uma denúncia do Ministério Público e
131 caracterizou a região onde ocorre o conflito, destacando que é um assentamento.
132 Colocou ainda que os assentados utilizam mangueiras de PVC para a captação de água
133 na nascente para os diversos usuários, destacando que alguns fazem captação individual
134 enquanto outros fazem a captação em condomínio, atendendo a mais de um assentado.
135 Ponderou ainda que estas captações não possuem torneiras, o que gera desperdício em
136 alguns pontos, colocando ainda que a tubulação utilizada não suportaria a colocação

137 destes dispositivos de controle de vazão. A sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga,
138 complementou que a água da nascente é adequada para consumo, porem posteriormente
139 ela passa a ser salobra e este fato causa o conflito apresentado, devido ao desperdício. O
140 Sr. Nédio Pinheiro, Coordenador de Controle de Recursos Hídricos, colocou que uma
141 solução seria o encanamento adequado para esta nascente, sendo complementado pelo
142 Sr. Marcio Martins que é importante se fazer este controle do desperdício, porem é
143 necessário para isso apoio financeiro, visto que é uma comunidade sem recursos. O Sr.
144 Nédio Pinheiro ponderou que esta é uma demanda da Ouvidoria da SEMA, para mostrar
145 que existem estes conflitos pequenos, até de fácil solução, e que não estamos
146 preocupados somente com os conflitos grandes. O Presidente colocou que a idéia era
147 somente apresentar o problema, o qual deverá ser resolvido pela SEMA, inicialmente
148 entrando em contato com o INCRA e prefeitura para solucionar o problema e caso isto
149 não ocorra fazer um acordo de cooperação técnica com a prefeitura, ponderando que este
150 acordo de cooperação técnica só poderá ser feito após as eleições. Terminada a
151 apresentação, o Presidente deu continuidade a pauta entrando nos assuntos gerais e
152 abriu a palavra para os conselheiros. A conselheira Daniella Maimoni propôs ao
153 CEHIDRO, em conjunto com a SES, que fosse feita uma acreditação dos laboratórios de
154 análise da água, dando o exemplo do Estado de São Paulo que exigiu dos laboratórios a
155 implementação da ISO 17.025 para os laboratórios. Destacou que esta é uma
156 preocupação devido a proliferação de laboratórios, os quais muitas vezes não apresentam
157 resultado corretos. Ponderou que a ISO é um custo elevado para os laboratórios
158 implementarem, sendo muito deles pequenos, porem podem ser verificadas outras formas
159 de regulamentação. Colocou ainda que a SEMA deveria sair na frente fazendo a
160 acreditação do seu laboratório, propondo que fosse criado um grupo de trabalho para
161 verificar a normatização dos laboratórios públicos e privados em Mato Grosso. O
162 conselheiro José Ferraz colocou que o Laboratório da UFMT está se credenciando para a
163 análise de Biodisel. A conselheira Telma Monteiro colocou que a Vigilância Sanitária da
164 SES se preocupa com isso, já existindo uma normativa do Ministério da Saúde, sendo
165 necessário o Conselho debater este tema, especialmente em relação ao laboratório da
166 SEMA. O Presidente colocou que é importante que se esclareçam os conselheiros sobre
167 a questão da acreditação, destacando que a proposta é a criação de um grupo de
168 trabalho para verificar essa possível acreditação, colocando em votação esta proposta, a
169 qual foi aprovada pelos conselheiros. O Presidente pediu então candidatos para
170 comporem o grupo de trabalho, ao qual se candidataram a SICME, ARPCA, SES, ABAS,

171 SANECAP e SEMA. A Secretaria do Conselho colocou que será agendada uma reunião
172 por e-mail para discutir o tema com os integrantes, para ser feita uma apresentação na
173 próxima reunião. O Presidente passou a palavra para a conselheira Alessandra Panizi,
174 que colocou aos conselheiros que advogados que possuam ações contra a SEMA não
175 podem participar de Conselhos, questionando aos conselheiros se o CEHIDRO atuará
176 como instância recursal, se serão julgados recursos de multa no CEHIDRO, pois temos
177 esta competência mas não exercemos a mesma regularmente. O conselheiro Décio
178 Siebert ponderou que existe uma Resolução do CEHIDRO que estabelece uma ordem de
179 relatoria de processos, ao que foi complementado pela Secretária do Conselho que esta
180 Resolução, de nº 19, trata especificamente de processos de outorga que precisem ser
181 aprovados pelo conselho, não abrangendo os recursos impetrados ao CEHIDRO. O
182 Presidente colocou que hoje os autos de infração são discutidos no âmbito do CONSEMA
183 e que acredita ser melhor se manter da forma como está, para que o foco no CEHIDRO
184 recaia na Política. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que se for colocado que não
185 atuaremos como órgão recursal, de forma clara, não haveria impedimento para a
186 participação dos advogados no CEHIDRO. A Sra. Ellen Pantoja questionou quanto aos
187 autos de infração relativos a outorga, sendo complementado pela Secretária do Conselho
188 que por ser instrumento da Política de Recursos Hídricos e não da Política de Meio
189 Ambiente não sabe se o CONSEMA teria a competência legal para julgar estes autos de
190 infração. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que caso se mantenha a análise de
191 recursos pode ocorrer o que ocorreu no CONSEMA, que atualmente só atua como órgão
192 recursal não deliberando sobre a política em si. O Presidente colocou que considera este
193 ponto como uma consulta jurídica, a qual será verificada e convidou a sra. Ellen Pantoja
194 para conduzir esta discussão e trazer o posicionamento na próxima reunião. O
195 conselheiro Décio Siebert ponderou que seria interessante se criar uma Câmara Técnica
196 para analisar os autos, ao que o Presidente respondeu que isto não alteraria em relação a
197 situação dos advogados pois a decisão final seria tomada na Plenária. O conselheiro Ciro
198 Gomes colocou que se o CEHIDRO é recursal, as questões relativas a recursos hídricos
199 têm que ser discutidas neste Conselho e não no CONSEMA, ao que o Presidente colocou
200 que será analisado todo o processo e trazido na próxima reunião. O Presidente passou
201 então a palavra ao conselheiro Décio Siebert, que solicitou que fosse marcada uma
202 reunião da CTPSA, para que se possa dar início aos trabalhos, ao que o Presidente
203 colocou que serão marcadas reuniões de todas as Câmaras Técnicas. O conselheiro
204 Décio Siebert colocou ainda que existe uma demanda para a CTGPar, relativa à

205 aprovação do Regimento Interno do Comitê de Bacia do Rio Sepotuba, porem com os
206 jogos do Brasil não foi possível se agendar esta reunião a tempo de trazer esta demanda
207 para a reunião de hoje, solicitando que fosse marcada uma reunião extraordinária para a
208 aprovação do mesmo, após aprovação pela CTGPar, ao que o Presidente respondeu que
209 será verificada a possibilidade de se marcar uma reunião extraordinária, devido as
210 diversas reuniões que devem ocorrer até setembro. O Presidente passou então a palavra
211 ao conselheiro Ciro Gomes, o qual fez um relato das atividades desenvolvidas durante o
212 evento SOS Araguaia e o êxito na articulação com a sociedade civil organizada, sendo
213 complementado pelo Secretário Executivo que serão realizadas reuniões em Sorriso –
214 Região Amazônica e na Região Tocantins/Araguaia para ouvir estas bacias e levar suas
215 solicitações ao PNRH. O Presidente passou então a palavra ao conselheiro Wagner
216 Florentino, que colocou aos conselheiros que voltando a questão sobre a acreditação, é
217 necessário se verificar a questão jurídica quanto a exigência de uma acreditação, sendo
218 importante levar este ponto em consideração ao se pensar em uma regulamentação. O
219 Secretário Executivo colocou que há muito tempo se tenta fazer a acreditação do
220 laboratório da SEMA, porem existem problemas quanto a contratação de consultoria,
221 necessária para dar andamento no processo de acreditação, porem acredita que com
222 esta solicitação poderemos conseguir. A conselheira Daniella Maimoni colocou que a
223 intenção realmente é que o CEHIDRO faça pressão para que o laboratório seja
224 acreditado, ate mesmo para que ele possa servir como referencia de intercalibração dos
225 demais laboratórios do Estado. O Presidente passou então a palavra à Sra. Leonice
226 Lotufo, a qual colocou que falta na SEMA um elo de ligação com a Política de
227 Saneamento Básico, a qual deve levar em consideração a gestão de recursos hídricos,
228 destacando que não temos como agir e atuar sobre este tema porem a sociedade tem
229 cobrado dos comitês de bacia, e futuramente acabará sendo cobrada também do
230 CEHIDRO e do órgão gestor, ao que o Presidente respondeu que no tocante a SEMA,
231 será feita uma reunião com a Superintendência de Recursos Hídricos para se discutirem
232 estas questões. O conselheiro Ciro Gomes colocou que existe um Conselho Estadual das
233 Cidades, na SEPLAN, a qual conta com uma Câmara Técnica para tratar de saneamento
234 básico, ponderando que existe para isto uma grande quantidade de recursos que devem
235 ser utilizados e que beneficiam o meio ambiente como um todo. O conselheiro colocou
236 ainda que existe o problema de não integração entre o CONSEMA e o CEHIDRO, sendo
237 importante se integrar também o Conselho das Cidades. A conselheira Telma Monteiro
238 ponderou que existe uma Política Estadual de Saneamento Básico, destacando que a

mesma encontra-se só no papel, sendo necessário o CEHIDRO dar atenção a mesma. O Presidente colocou aos conselheiros que necessita se ausentar, pedindo desculpas e pediu ao Secretário Executivo que conduzisse a reunião até o encerramento. O conselheiro Ciro Gomes colocou que uma das suas preocupações é a não gravação das reuniões do CEHIDRO, pois isso funciona como uma memória, ao que o Presidente colocou que pode ser verificada a utilização da sala do governador, que conta com 28 lugares e tem áudio, sendo complementado pelo Secretário Executivo que será encaminhada uma solicitação ao Secretário para que ele verifique a possibilidade de utilização desta sala. O Secretário executivo passou então a palavra ao conselheiro Décio Siebert, que colocou sua preocupação quanto a redução das APPs constante no novo código florestal federal aprovado na Câmara dos Deputados, destacando que seria interessante que este aspecto fosse discutido na próxima reunião, ao que a conselheira Alessandra Panizi se ofereceu para fazer uma apresentação sobre o tema, comparando a legislação vigente com o Projeto de Lei aprovado, na próxima reunião, com o que todos os conselheiros concordaram. O Secretário Executivo passou a palavra a conselheira Ildisneya Dambros, que colocou que seria importante se fazer uma conferência que integre as empresas que tratam de saneamento no Estado, vigilância sanitária e outros órgão afins para que os mesmos se envolvam mais com a gestão de recursos hídricos com o tema Saneamento x Recursos Hídricos, sendo complementado pelo Secretário Executivo que propôs que fosse realizado um evento para o ano de 2011, não sendo o mesmo possível ainda no ano de 2010 devido ao processo eleitoral, especificamente no dia 22 de março de 2011, pois é o dia mundial da água, podendo neste evento ser defendido também o pagamento por serviços ambientais. Os conselheiros aprovaram a idéia e a SEMA/SURH tomará a frente da realização deste evento em parceria com a SES e a SANECAP. A sra. Maria Barbant, assessora de imprensa da SEMA colocou que pode ser feito todo um trabalho de divulgação sobre o tema, não se atendo somente a conferência em si. O conselheiro Décio Siebert questionou se a conselheira Alessandra poderia fazer também uma síntese da Lei de Saneamento Básico, ao que a mesma respondeu positivamente. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 05min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

271

272

273

274

ALEXANDER TORRES MAIA

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

275

Presidente do CEHIDRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

276

277

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 13/09/2010.*

278

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*